



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



SÃO PAULO, SP, 7 DE ABRIL DE 1997

Senhor Governador do Estado de São Paulo, Dr. Mário Covas; Senhor Ministro Paulo Paiva; Senhores Ministros de Estado que se encontram aqui; Senhores Parlamentares; Senhor Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Hermes Pedrassani; Senhor Diretor para as Américas da OIT, Victor Tockman; Senhora Vice-Presidente do BID, Nancy Birdsall; Senhor Fábio Magalhães, Presidente deste memorial; Senhoras e Senhores,

No espaço de menos de 24 horas, é a segunda vez que eu me desloco para esse conjunto do Memorial da América Latina, numa série de atividades que têm alguma conexão. Ontem, ao fazer a abertura da reunião a respeito da avaliação do que aconteceu depois da Cúpula de Copenhagem, tive oportunidade de me dirigir aos que estavam presentes – alguns dos quais estão hoje, de novo, aqui – para expressar algumas preocupações e, quem sabe, alguns caminhos para que os países em desenvolvimento possam enfrentar os desafios da globalização e da possibilidade de um desenvolvimento econômico que insira a questão do desenvolvimento social, da eqüidade e da justiça de uma maneira integrada e que não seja falsa, ou seja, que não fique sempre à espera de

que o subproduto do desenvolvimento econômico seja o bem-estar social, nem ao contrário, imagine que seja possível haver bem-estar social sem que haja desenvolvimento econômico.

E, claro, são formulações bastante fáceis do ponto de vista genérico e extremamente difíceis quando se trata de uma prática efetiva de definição de políticas porque, em cada momento em que se toma uma decisão, as implicações sociais ocorrem, e vice-versa, quando se toma uma decisão de investimento na área social, também há implicações econômicas. E é muito difícil, muitas vezes, ao que toma a decisão, avaliar as consequências de curto, médio e longo prazo. As pressões, muitas vezes, tumultuam a tomada de decisões, e sempre é assim, é natural até que seja assim. Mas é preciso que os setores responsáveis, tanto pelas políticas públicas quanto os setores responsáveis da sociedade civil que se ocupam dessa interface entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, tenham parâmetros, tenham condição de poder definir objetivos de mais longo prazo.

Hoje, onde nós estamos, aqui, num encontro em que o tema central gira em torno das relações de trabalho e da questão do emprego, e é um seminário de caráter internacional, é natural que os senhores vejam de um ângulo direto, específico, essa mesma temática. De fato, o grande desafio e o grande processo que nos leva a repensar esses tópicos todos, inclusive as questões de emprego, passou a ser considerado como se fosse o processo de globalização. Digamos, de passagem, que, muito do que se atribui à globalização, hoje com esse conceito – ou pelo menos se não é um conceito, para uns é uma ofensa, para outros é o apanágio de uma forma de desenvolvimento – muito do que se atribui a isso é um processo que já vem de longe e que está enraizado nas formas de desenvolvimento da sociedade contemporânea.

Mas estamos vivendo num novo momento de integração no nível planetário. Pode chocar-nos, mas aqueles que leram seus livros de História sabem que um dos primeiros momentos de grande desenvolvimento do capitalismo comercial foi precisamente quando houve o surto de descobertas e o que teve como consequência, depois, nos séculos que se sucederam. E no século XVII já era muito nítido que nós estáva-

mos passando por um processo de integração em um nível que já não era mais nem local, nem mesmo um local um pouco ampliado, onde começaram a se consolidar as economias nacionais, senão que havia todo um problema internacional.

Os que sabem dos efeitos da descoberta das minas de prata de Potosí, na Bolívia, sobre a economia européia, não ficarão surpreendidos de ver que já, naquele momento, os horizontes começavam a ser mais amplos e quem não entendesse o que estava acontecendo não era capaz de governar de uma maneira apropriada. E toda a discussão do mercantilismo vem daí, vem da questão de que começávamos a sentir que havia uma inter-relação econômica muito mais ampla que em nível imediato. E a descoberta de outras realidades deu origem às formas mais modernas de pensamento.

Os que tiveram a ventura de ler Montesquieu – e eu tive a obrigação de traduzi-lo para o português e, portanto, fui obrigado a lê-lo com certa atenção – sabem que, basicamente, o que constituiu o fundamento do pensamento moderno de Montesquieu foi o reconhecimento da pluralidade, que chamava de a natureza das leis. As leis são afins com certas situações estruturais, sociais e não se pode imaginar um sistema jurídico que seja independente das condições que o produzem. Isso foi consequência da descoberta do Novo Mundo e da variabilidade das culturas. E os que são mais afeitos à História das Américas sabem o papel imenso dos primeiros viajantes que começaram a descrever outras realidades que não as européias. A visão etnocêntrica desaparece. Isso, muito tempo depois, vai dar lugar à antropologia.

Mas vamos deixar de lado esse pequeno esboço de acadêmico. A verdade é que não é um fenômeno novo o de ter se descoberto que existem correlações, ou relações que não se esgotam no campo nacional e que têm um efeito muito mais amplo. E dependem de circunstâncias que se desdobram num nível planetário.

O próprio desenvolvimento, portanto, do processo capitalista e do processo produtivo do capitalismo rompeu as amarras de uma visão localizada. Isso tem vários momentos. No século XIX viveu-se, de outra forma, um processo que tem alguma semelhança com o que se vive

hoje, que também teve como base uma transformação do modo como se fazia a produção – para não entrar em discussão de conceitos mais complexos. Todo mundo sabe o que aconteceu quando houve o desenvolvimento da manufatura e, depois, quando se passou da manufatura à grande indústria – título dos capítulos mais famosos de o *Capital*, de Marx, “Da manufatura à grande indústria”. Que significou exatamente o quê? Significou precisamente que foi dispensa de mão-de-obra, migração, inchaço da cidade – basta ler Dickens sobre Londres. E significou, também, naquela época, não apenas um processo integrador, mas ao mesmo tempo desintegrador. Também houve uma primeira reação contra as máquinas, e custou muito tempo para que o movimento dos trabalhadores percebesse que, realmente, o progresso tecnológico assegurava riquezas, e que ser contra o processo tecnológico equivalia a ser contra a possibilidade de melhorar a condição de vida dos povos. Ou se desenvolviam formas pelas quais o bem-estar pudesse se compartilhado com camadas mais amplas, ou simplesmente impedir que houvesse esse progresso significaria manter todo mundo numa situação estática que não era boa.

Pois bem, às vezes me parece que com a questão da globalização nós estamos numa situação semelhante. Muita gente pensa que porque existe um processo de globalização que tem aspectos destrutivos em certas questões que, ou se é contra a globalização e está-se abraçando o progresso; ou se é a favor da globalização e está-se defendendo o caos. As duas posições estão equivocadas. Na verdade a globalização é a consequência de uma reorganização dos mercados, da empresa como estrutura burocrática de comando e é uma mudança tecnológica. A mais visível é a informatização, mas não é a única; ela implicou também a dispersão do modo de produzir no espaço planetário. E a produção, em vez de ser uma produção que termine toda num só local, ela se complementa e leva a uma enorme ampliação da integração necessária para que seja possível levar adiante esse processo produtivo, com consequências tanto positivas quanto negativas.

Do ponto de vista de quem toma decisões, do ponto de vista do poder público, do ponto de vista dos setores da sociedade, interessados

nesse processo, a pergunta não é saber se a globalização é boa ou é má, porque ela é um fato – fato em si não é bom nem mau –, a pergunta é de que maneira nós reagimos a esse fato para tirar as vantagens maiores para que seja possível, ao mesmo tempo, haver progresso social e ampliar o bem-estar. A questão, portanto, não é ideológica, de pensar que, por um lado estão os que aceitam o mercado e são neoliberais, por outro lado estão os que se recusam a isso e eu não sei como qualificá-los hoje. Não existe nem mais um adjetivo para qualificá-los. Essa questão é retórica, inútil, é perda de tempo. A questão é outra, é de que maneira nós aproveitamos os efeitos desse processo de forma mais construtiva, porque o processo está aí, ele existe mas não opera num vazio de instituições sociais, jurídicas, políticas e não dispensa, portanto, uma interação com as decisões que se dão no plano nacional.

O que é mais curioso na análise desse processo é que existe, indiscutivelmente, um aspecto nessa questão da globalização que tem a ver com o que eu disse antes, no início, quando houve o grande primeiro desenvolvimento do capitalismo no nível planetário, concomitante com ele há uma grande transformação tecnológica e uma grande transformação cultural e científica. O nome mais suínto para dizer o efeito disso é o Renascimento. O Renascimento que significou um reposicionamento do pensamento, do papel da pessoa humana e um ímpeto grande na crença, na razão, e que começa a ter vigência já no século XVI, mas que tem seu século de ouro no século XVIII, quando o Iluminismo passa a se tornar, realmente, a expressão dessa nova organização, dessa nova vida que existia em um nível mais amplo. Portanto, há um certo tipo de ressurgimento de forças progressistas e ao mesmo tempo teve efeitos muito negativos no plano local.

Pois bem. Nós, aqui, hoje, queiramos o não, gostemos ou não, vamos assistir, também, a uma revolução cultural que tem paralelo com esse Renascimento. Eu disse isso algumas vezes, claro, quando se pensa na sua forma mais vulgar, se imagina logo que eu estou aderindo ao neoliberalismo. Eu não estou aderindo a nada, eu estou simplesmente – já que eu infelizmente conheço pouco a literatura sobre a matéria – buscando mostrar que há um horizonte que se abre. E esse horizonte im-

plica uma mudança muito profunda, no nosso caso até mesmo de padrões civilizatórios.

Bom, essa transformação está em marcha. Ela, como eu disse ontem, implica uma transformação muito profunda porque a distinção em que o local, a convivência específica numa região, a experiência compartilhada vivida naquele momento e o mais universal, que normalmente implica um distanciamento, em relações indiretas, que não são face a face, e que decorrem muito mais de relações contratuais, da existência de regras, essa oposição começa a ter uma outra formulação. Por quê? Por causa do mesmo processo que levou à possibilidade da globalização no aspecto da produção econômica e, por causa do mesmo processo tecnológico, existiu também uma modificação muito grande no que diz respeito às formas de comunicação. Essa informatização, a revolução da telemática, tudo isso, passou a fazer com que o universal pudesse ser vivido como local.

Se eu fosse falar hegelianamente – me permitam o esnobismo – eu diria que é universal concreto, ou seja, nós hoje temos condições de, em qualquer lugar em que estejamos, desde que haja os meios de comunicação, de compartilhar as experiências – embora sem estarmos presentes, mas como se estivéssemos – de participar de situações que ocorrem muito distante de nós e isso leva, portanto, à necessidade de outro tipo de relação e de solidariedade com situações que no espaço são separadas. Talvez o primeiro impacto mais forte disso tenha sido na Guerra do Vietnam. Durante uma fase da Guerra do Vietnam, eu vivia nos Estados Unidos, era professor em Stanford. Bom, o impacto dessa Guerra na televisão – e a nossa Vice-Presidente do BID sabe disso – foi terrível, porque foi direto, foi imediato. Eu estava a milhares de quilômetros mas foi imediato. Bem, isso faz com que todos os problemas – todos é exagero meu –, mas faz com que muitos problemas hoje, que estariam esmaecidos por causa da distância – e nós estariámos todos só voltados sobre o nosso próprio umbigo –, hoje não possam mais ser assim. Automaticamente tem que ter não é só a intelectoção, mas o sentimento de alguma coisa que ocorre no plano mundial. Isso tem a ver com o nosso tema.

Isso tem a ver com o nosso tema porque nós vivemos, aqui, muitas vezes, os efeitos do processo de globalização sobre a estrutura do emprego, os quais são vividos, aqui, com uma intensidade às vezes maior do que ocorre, porque nós estamos incorporando a dimensão mundial à nossa experiência, e muitas vezes nos esquecemos de que essa globalização é um processo universal, ela só existe como concreto, como uma coisa imediata, na medida em que ela passa por uma filtragem que tem a ver com as instituições, com a ordem jurídica e com ordem política de cada país.

Nós tendemos a analisar em abstrato os efeitos da globalização sobre o emprego e a criar expectativas de que eles serão uniformizadores do mundo e não serão. E não serão porque existe a diversidade de situações sociais, situações jurídicas e situações políticas e de ideologias. Basta ver o que acontece nos Estados Unidos, o que acontece no Japão, o que acontece na Europa e o que acontece aqui. Os processos são diferentes, porque nós ficamos, muitas vezes, obscurecidos pela força do global, pela força do processo, digamos assim, produtivo, que gera a globalização e tendendo também a fazer um reducionismo economicista, imaginar que já que é assim, a consequência social será automaticamente a mesma, e não será. E esse espaço, essa margem, é que permite as políticas. E o fato de nós podermos prever certas consequências de um processo de globalização nos permite, também, amortecê-las ou até desviarmos o curso delas.

Eu creio que esse é o desafio aos países que estão em desenvolvimento, diante da globalização e da questão do emprego. Não adianta ficar de braços cruzados lamentando um processo real. O que se tem que fazer é ficar com os braços apontando para o caminho do futuro e não simplesmente chorando um passado que não voltará ou indiferente a um presente que pode ser fatal, pode ser letal se nós não tomarmos as medidas necessárias. E para isso se requer compreensão e coragem. É claro, as consequências existem, os efeitos provocados pelo processo de integração em nível planetário, do modo de produzir, a necessidade imperiosa da atual etapa do desenvolvimento do sistema produtivo, do sistema capitalista, que é o de aumentar a produtividade, de intensificar

a competitividade, são reais. E diante deles não adianta fazer como avestruz e enfiar a cabeça na areia, porque eles existem. Há que se perceber que é assim e se preparar para enfrentar essa questão do desafio do desenvolvimento tecnológico, portanto da ciência e tecnologia, da educação, não só da população em geral, não adianta só a mão-de-obra, hoje tudo é sistêmico. Ou existe um conjunto de processos educativos que permitam a Nação avançar ou não haverá possibilidade de um desenvolvimento produtivo de modo satisfatório.

Não se trata, portanto, mais, pura e simplesmente, para um país em desenvolvimento, de pensar a fábrica ou a unidade de produção e os seus trabalhadores. Isso é interessante, porque outra vez, paradoxalmente, num momento máximo em que se imagina que é preciso aumentar a produtividade e portanto pareceria ser a volta do capitalismo selvagem, ou se tem uma sociedade, realmente, mais civilizada e mais sofisticada no seu conjunto ou esse capitalismo não vai avançar. Portanto, a questão do bem-estar social passa a ser fundamental para a produtividade na empresa. Não dá mais para pensar, pura e simplesmente, que isso é uma questão do outro. Não. Isso é uma questão de cada um, inclusive do empresário, inclusive do sindicato.

O conjunto das políticas públicas e o grau de avanço médio global da sociedade passam a ser condições para a possibilidade de um desenvolvimento que permita uma inserção competitiva no mercado internacional. É um novo momento da história da humanidade. E mais ainda, as modificações são tão profundas. Eu tive oportunidade de escrever isso há uns dez anos, numa revista dirigida por Felipe Gonzalez: "O socialismo do futuro".

Nós fomos habituados a pensar as nossas sociedades contemporâneas e o sistema produtivo capitalista como um sistema baseado na exploração do homem pelo homem. E era, e continua. Entretanto, hoje, existe um processo, esse mencionado, das revoluções tecnológicas e da dispensa crescente de mão-de-obra, que se colocou como um desafio muito mais dramático ainda. Existem segmentos em cada sociedade.

E existem segmentos na própria estrutura internacional que não são sequer explorados, nem exploráveis. E isso tem consequências – pode

ser paradoxal dizer – ainda mais graves do que simplesmente quando são explorados. Ao serem explorados, têm a dinâmica da reação. De novo a famosa dialética do senhor e do escravo, a dialética do patrão e do empregado, a visão que criou o século XIX. E ao não serem interessantes sequer para a riqueza – e as camadas que não são funcionais para o enriquecimento, e os países que não são funcionais para o enriquecimento –, o que será feito deles? Isso é uma realidade. É uma realidade que, do ponto de vista estritamente técnico, a necessidade da utilização da mão-de-obra, em quantidade, proporcionalmente, diminui.

E isso “libera” no pior sentido, o da necessidade de ser explorada uma parcela da humanidade. E nós não temos respostas eficazes para isso, nem no plano internacional. É só visitar países africanos, é só visitar certos setores da sociedade latino-americana, para se ver que o drama maior muitas vezes é o drama de não ser nem explorado porque não se está integrado – é a exclusão. E é a exclusão não porque houvesse possibilidade de, com certas políticas, incluir, mas porque, quanto mais se avança, menos se inclui. Portanto, esta é uma consequência extremamente negativa do processo de globalização, mas é uma realidade.

E nós não podemos ficar indiferentes a essa realidade. Ora, se isso é assim, nós nos países em desenvolvimento temos que prestar atenção a esses processos e descobrir modos e meios pelos quais se diminui esse processo, pelos quais se encontre algum mecanismo que leve a que as pessoas tenham sentido para o processo global de desenvolvimento econômico. E não é fácil. Mas existem os que são, crescentemente, inimpregáveis. Não é que não tenham emprego, são inimpregáveis, por um lado, por falta de qualificação e, pelo outro, pelo desinteresse do setor produtivo mais avançado em empregá-las, são dispensáveis.

Eu me recordo, nos anos 60 e 70, quando eu trabalhava na Cepal, havia uma grande preocupação sobre o que se chamava a marginalidade. Os mais sonhadores criaram até teorias da marginalidade. E havia a discussão que era sobre essa questão, sobre saber se havia funcionalidade ou não, se era mão- de-obra de reserva ou não. Enfim, conceitos teóricos. Hoje, não se discute nesses termos, mas o que era prática naquela época era se imaginar que fosse consequência da falta do dina-

mismo do setor produtivo, hoje não se pode mais colocar nos mesmos termos, ou seja, com a ilusão de que basta dar dinâmica ao setor produtivo que ele vai integrar. Não será suficiente. Isso repõe a questão do Estado, das políticas públicas: ou se faz uma mediação política, ou se se imaginar que as forças de mercado vão resolver o grande drama da exclusão, que agora num novo patamar é acelerado pela globalização, labora-se uma grande ilusão. É preciso refazer, portanto, o Estado, as políticas públicas, a relação entre a sociedade e o político para chamar a atenção para essas questões, de uma maneira objetiva, e perguntar quem financia e como financia a possibilidade da diminuição da inclusão. E não a ilusão de que basta, pura e simplesmente, deixar que por si mesmas as coisas vão se resolver, porque por si mesmas as coisas vão se resolver, sim, para os que estão incluídos, mas serão proporcionalmente menos os incluídos do que os excluídos, no decorrer do tempo. E essa é uma situação exclusiva.

Logo, ao contrário do que muita gente pensa, de que nós estamos assistindo hoje ao triunfo do que aqui se chama, com injustiça, de neoliberalismo, na verdade nós devíamos assistir não é ao triunfo disso mas é ao oposto. Nós vamos assistir é à ressurgência da necessidade de uma ação política concertada que reponha a necessidade – como eu disse aqui, por causa dessa experiência de exclusão que você pode perceber, ao mesmo tempo, o que está acontecendo no mundo todo – de valores de solidariedade e que repense as formas de atuar dessa maneira. Isso requer um novo sindicalismo, isso requer um novo empresariado e isso requer um novo poder público e nós não temos nada disso. Quando eu digo “nós”, eu me refiro ao Brasil – porque eu não quero mexer com outros países –, mas nós não temos nada disso; novo sindicalismo envelheceu.

O que se passou é a não percepção das transformações que são necessárias. Estou fazendo injustiça, há setores que percebem, mas há setores que não vêm que, ou se muda o marco jurídico das relações de trabalho ou se vai aumentar a inimpregabilidade e se vai dificultar mais a inclusão. No setor público muitas vezes existe a crença de que não corresponde mais a ele ocupar-se dessas questões e, sim, corresponde. E

no setor privado, muitas vezes, não há compreensão da necessidade de uma visão global nesse sentido, em que ou há o conjunto da sociedade que avança, da nação que avança em termos de educação, em termos de saúde, em termos de treinamento, etc, etc, ou não haverá possibilidade da prosperidade.

Requer sim, hoje, uma revolução cultural, de mentalidade, mas nós estamos passando por ela. Nós já estamos passando por essa revolução de mentalidade, mas é natural que no processo inicial dessa revolução as incompreensões sejam muitas e mútuas, e que se faça sempre oposição entre o Estado e a economia, entre a globalização e a autarquia, entre o progresso econômico e o progresso social, entre a absorção em tecnologias novas e o emprego, e essas dicotomias estáticas não ajudam a evolução nacional, não ajudam a definição de perspectivas adequadas para que nós pensemos, efetivamente, os problemas diante dos quais estamos defrontados.

E é indiscutível que na questão do emprego nós temos que, ao mesmo tempo, entender que haverá uma modificação da própria noção de emprego e da noção de ocupação. Criadam-se formas novas que tradicionalmente não são consideradas de emprego, mas que dão ocupação e que serão crescentes. A mobilidade do capital é imensa, a da mão-de-obra é muito menor. Nós vamos ter que preparar a mão-de-obra capacitada para uma certa mobilidade, mão-de-obra *lato sensu* para certa mobilidade. Mobilidade geográfica e mobilidade mental, capacidade de adaptação. Isso vai implicar uma reforma na educação que já está em marcha, de tal maneira que a educação possa dar um amplo leque de oportunidades e que não se pense educação só como treinamento formal na escola, mas se pense educação como se pensa já hoje, como um processo interativo, contínuo dentro da fábrica, fora da fábrica, nos escritórios, nas televisões, no lazer e etc., para que as pessoas tenham também as suas potencialidades, como seres humanos, mais abertas, e possam se defrontar com uma série de situações inovadoras e se adaptar de uma maneira criativa a essas situações inovadoras. Mas em qualquer circunstância, na relação de trabalho é fundamental entender que o aumento da produtividade será o *élan*, não sei se diz assim em português,

guês, o que impulsiona para o futuro, porque sem isso não haverá riqueza e sem riqueza não há bem-estar social.

Não adianta só repartir a pobreza, é preciso criar riqueza e essa criação requer uma compreensão das técnicas produtivas que multiplicam essa riqueza. A questão não está na produção delas, mas no como distribuir e inserir as populações nesse processo de distribuição. E a oposição, de novo, entre aqueles que cuidam da distribuição e aqueles que cuidam da produção é falsa, ou melhor, leva a impasses. Não adianta só distribuir, é preciso enriquecer. Não adianta só enriquecer, é preciso, ao enriquecer, distribuir. Fácil falar e difícil de fazer.

A tendência natural será, efetivamente, de concentração de riqueza e de concentração nas camadas de trabalhadores, de melhores condições de vida para aqueles que já as têm. E, ao contrário, uma inclusão cada vez mais modesta dos que nunca tiveram. E as políticas públicas têm que fazer o oposto, tem que criar condições para que mais pessoas tenham capacidade de participar criativamente do processo produtivo. De novo a questão da educação fica ligada à questão do emprego. Não é por acaso que no Ministério do Trabalho – e o Ministro dirá no momento oportuno – os nossos programas se contam, hoje, em termos de gastos, pelo menos, em bilhões de dólares. Não milhões, nem centenas de milhões. Bilhões de dólares, hoje, no Brasil, e não são programas só de criar empregos, são de criar educação, são de treinar e dar oportunidades de aprendizado, sem os quais não haverá possibilidade da manutenção, no emprego, da força de trabalho.

Por outro lado, nós vamos ter que enfrentar a questão das relações jurídicas de trabalho. Em nenhuma circunstância será dado ao poder público dispensar a necessidade da proteção ao trabalho e ao direito do trabalhador. Mas aí a questão estará muito mais na distinção entre o que é direito e o que é privilégio, do que propriamente sobre se deve haver garantias ou não, porque deve havê-las. Muito freqüentemente, no nosso país, sobretudo nos setores públicos, se confunde o privilégio com o direito. E para manter o privilégio se fala em direitos quando, na verdade, nós temos que perguntar, a fundo, o que a sociedade pode oferecer como garantia para todos e não para alguns só.

E toda a orientação de uma política de emprego, que não é só de emprego, mas também de refazer o homem para as circunstâncias contemporâneas, toda a preocupação tem de ser a da universalização. Acesso universal à educação, acesso universal aos bens da saúde que o Governo possa oferecer, acesso a terra, mas nós temos que pensar em termos – e aí voltamos até o século XVII americano – estritamente democráticos, ou seja, igual para todos. Ampliar e dar, em igualdade, para todos, passa a ser condição da existência de uma sociedade capaz de ser competitiva e capaz de se inserir, sem se prejudicar, no processo de globalização.

É um desafio imenso e, na hora concreta em que se for propor alguma mudança na legislação, não faltarão vozes a gritar que essa mudança é contra o interesse desse ou daquele. Pode ser que seja, e nesse caso tem que se refeita, mas espero que não seja, e nesse caso tem que ser apoiada, principalmente se for um mecanismo pelo qual se abram mais possibilidades de uma inserção correta e competitiva e que não seja excludente.

Como tudo na história, não há soluções de antemão e não há garantias de que possa dar certo. As nações correm seus riscos. Os segmentos nacionais de cada categoria também. Os políticos também. E, se não fosse assim, a história não existiria, ou pelo menos não teria a graça que tem hoje – nós teríamos fenômenos naturais. Os fenômenos naturais não correm riscos nenhum, ele ocorrem. Nós pertencemos a uma porção da natureza que é histórica, nós criamos o futuro, portanto, nós nos arriscamos a errar. Mas o maior risco é não arriscar, porque aí vamos errar mesmo, porque as condições do mundo estão mudando e se nós não nos arriscarmos a enfrentar as mudanças, perderemos. Temos que correr o risco à condição de que seja *bona fide*, ou seja, de que quem propõe o risco, faça-o de boa-fé. Assim como aqueles que defendem, qualquer que seja a posição, que o façam de boa-fé.

Se nós entendermos que existe uma relação de boa-fé entre o governo, os empresários e os sindicatos dos trabalhadores, o governo e a sociedade, o risco continuará a existir. Podemos errar, podemos estar propondo coisas equivocadas, mas pelo menos teremos a consciência

de que estamos fazendo o máximo, com empenho máximo, para que tudo dê certo, e se for de boa-fé, corrige-se quando há erro. O que não se pode tolerar, em benefício dos trabalhadores e da democracia e da sociedade moderna, é não fazer nada ou simplesmente desqualificar o outro dizendo que o outro está querendo o pior, julgando intenções. A história não julga intenções, julga fatos. Essa intenção, ou ela é aceita de boa-fé, ou quando do ponto de partida já se descredencia o outro com julgamento de intenções, não se tem condições sequer de ousar e, portanto, sequer de arriscar, no bom sentido, para construir alguma coisa nova e que tenha capacidade adaptativa.

Este é o desafio que nós todos estamos enfrentando. Claro, há fenômenos concretos, há o desemprego, há a precarização do trabalhador, há o fato de que, como eu disse aqui, crescentemente a criação é de ocupação e não de emprego e, portanto, há dificuldade na questão relativa, que sabe o imposto e, portanto, quem vai assegurar no futuro por exemplo a aposentadoria. Há uma série enorme de questões a serem enfrentadas que requerem criatividade, que não adianta, simplesmente, reiterar o passado, que requerem uma posição avançada.

Eu disse que o efeito uniformizador e desafiador da globalização vai ser vivido, concretamente, por cada país, de acordo com a sua situação local, com a sua experiência histórica, com as suas leis, com a sua tradição de relações de trabalho, com o seu sistema político.

Na Europa, as taxas de desemprego são extremamente elevadas, hoje, em consequência de uma enorme rigidez no mercado de trabalho. E também é verdade – e eu próprio, há muitos anos, vi um trabalho, comparando a estrutura de emprego na Europa, América Latina e Estados Unidos – que, nos anos 60, a estrutura de emprego na Europa, comparada com a estrutura americana ou japonesa, era extremamente conservadora. A quantidade de trabalhadores do setor secundário da indústria era extremamente mais elevada. Estábamos todos, naquele momento, empenhados na criação do estado de bem-estar social, para proteger esse conjunto de pessoas.

Conseguiu-se. Hoje têm se uma crise de proporções enormes, porque não se sabe como resolver a questão da Previdência Social, como

resolver a questão de que as empresas, diante disso, rejeitam o trabalhador, desempregam, buscam técnicas que não absorvam trabalhadores. A questão, aí, não está só no sistema produtivo e na forma de acumulação de capitais. está no sistema jurídico e na forma de reação da sociedade a esse desafio.

Não é assim nos Estados Unidos, onde existem menos regras de rigidez do mercado de trabalho, e onde existe uma mobilidade muito maior, apesar dos muitos problemas, também, de salários diferenciados, nos setores sindicalizados ou não, nos setores avançados da grande empresa ou não, muitos problemas.

Outra é a solução no Japão. E nós, aqui, temos outras soluções, ou precisaremos ter outras soluções. Num país como o Brasil, onde se dispõe, ainda, de mais de 20% da população economicamente ativa no campo, não se pode deixar de considerar questões relativas ao trabalho no campo: a pequena unidade de produção, a unidade familiar de produção, o acesso a terra – qualquer que seja o nome que se lhe dê – agora, hoje, no Brasil, a palavra mágica é “reforma agrária”. Ainda ontem eu dizia: mágica porque não foi analisada. Quando for analisada, ver-se-á que é uma das soluções, e com muitos problemas. Mas ela tem que ser enfrentada, e tem que ser apoiada, porque nós temos uma população muito grande no campo, e a tendência, no sistema produtivo, vai ser a da diminuição dessa população no campo e, portanto, da migração para a cidade e daí a existência de ocupação na cidade.

Então, a ação do poder público, juntamente com a sociedade civil deve, sim, ser a de garantir formas que estabilizem mais a população, que não é latifundiária e, por sorte, o latifúndio, no Brasil, foi profundamente golpeado pelas últimas medidas tomadas, pedidas pelo Governo e pela sociedade, e o Congresso aprovou. Questão de mais dez anos, menos dez anos, e não existem mais condições à manutenção da estrutura latifundiária no Brasil, porque o imposto subiu rigorosamente e, uma vez que se cobre o imposto, efetivamente, por si só, isso vai criar uma transformação grande na estrutura fundiária. Isto vai ter também – não se iludam – aspectos que são positivos e que são negativos, desagregadores. Mas é bom que exista a estrutura empresarial no campo, que

cresceu muito e que assegura, realmente, a oferta de alimentos; que assegura, realmente, o grosso de aumento da exportação.

Mas existe uma ampla margem, ainda, de famílias que dispõem de terra e são mal assistidas – nós criamos um programa específico para isso, que se chama Pronaf. Existem famílias que não dispõem de terra e, também, são mal assistidas; existem os que não são capazes de trabalhar a terra, mesmo quando se lhes dê a terra, se não houver um treinamento muito específico. E se isso não for feito, o que se fizer de “avanço”, no assentamento, será desmentido pelos fatos de que nos anos seguintes daí não sairá nada, a não ser mais pobreza.

Mas essa é uma questão que, num país como o nosso, tem que ser considerada. Em outros países da América Latina talvez não, o peso da população no campo será menor e as possibilidades de oferta de terra mais limitadas. Há, portanto, uma diversidade de situações que tem que ser enfrentada.

Mas há outras questões mais. Num país como o nosso, que tem uma tradição de ser uma economia fechada, que é uma economia continental, onde o coeficiente do que se exporta e do que se importa, com relação ao produto, é muito baixo – como também o é nos Estados Unidos – nós não nos acostumamos a entender os efeitos da globalização, no que diz respeito ao fluxo de importação e exportação. O Brasil tinha uma taxa de exportação e importação de 6,7,8% do seu produto. Na França, será de 25,30%. Na Suíça, nem falar. Na Alemanha, também. Aqui é nada.

Hoje, com toda a abertura da economia, nós estamos importando e exportando, dos dois lados, cem bilhões de dólares. E o nosso produto é de 700 bilhões de dólares. Portanto, nós estamos começando a ter, no que diz respeito à importação e exportação – se for só importação continua sendo 7% do que nós produzimos, e que é exportado – um grande mercado interno. Isso é uma vantagem. É o que atrai, é o que possibilita a existência, até mesmo, de uma força maior do país. Mas é, também, um problema preocupante. Porque, com a globalização, nós vamos precisar aumentar mais esses fluxos. E para aumentar esses fluxos, nós temos que aumentar a produtividade. A qualidade vai se esta-

bilizar. E, para que isso ocorra, haverá modificações das fábricas, haverá deslocamento parcial das fábricas, haverá perda de trabalho, haverá desemprego.

Claro, olhando globalmente, a taxa de desemprego, no Brasil, varia ao redor de 5,5% da população economicamente ativa. Pelas técnicas do IBGE, que são as únicas comparáveis com outros países, na Espanha deve ser 12%, 15%, e por aí vai, na Europa. Nos Estados Unidos é semelhante à nossa. No Japão é menor que a nossa.

Isso não é por acaso. Isso é porque há instituições e situações sociais que permitem o ajuste diferencial. É claro que o Ministro do Trabalho tem que estar de lupa, olhando a variação, a oscilação do que acontece, na força de trabalho, e o poder público tratando de criar condições para contrabalançar os efeitos destrutivos sobre o emprego, dessas tendências globalizadoras – globalizadora é um nome mau, não é isso, a globalização é consequência da revolução tecnológica e organizacional, e, até mesmo, da relação política, ela é consequência, não é causa. É que se julgam como se fosse causa. Mas, na verdade, temos que estar olhando para esses efeitos de uma maneira muito atenta e verificando, a cada momento, o que é possível fazer e também verificando como se pode flexibilizar sem criar problemas para o trabalhador, como se pode tornar mais flexível a relação jurídica, de tal maneira que a empresa não fique com medo de contratar, e que haja uma possibilidade de ajuste.

E nós não podemos mais, nos dias de hoje, imaginar que isso seja feito através de um *fiat*, de uma ordem do Governo. Isso terá que ser feito através de uma negociação entre os trabalhadores e os patrões. Fica difícil. A cada instante, as forças negociadoras pedem a arbitragem do Governo. A cada instante, nós somos instados a tomar posição. Nós temos, muitas vezes, vontade até de tomar posição, porque o coração bate pela maioria e não pela minoria. Mas se nós cedermos aos impulsos de “ajudar”, ao invés de ajudar, estaremos atrapalhando, porque é preciso que se crie uma relação mais autenticamente negociadora entre as partes em jogo, para que elas possam buscar os mecanismos que levem às acomodações necessárias para os ajustes que se fazem imperiosos.

E é claro que, no primeiro momento, sempre se pede que haja arbitragem do poder público, do Estado. Mormente num país como o Brasil, de tradição, pelo menos depois dos anos 30, de forte intervenção do Estado na economia, de forte intervenção do Estado nas relações de trabalho, pede-se, a toda hora, a intervenção do Estado.

Eu me recordo de que, como Senador, propus um projeto de lei relativo à participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas, que hoje é um sucesso. Levei anos sendo criticado por alguns sindicatos, porque achavam que era isso errado, que necessário era que o Governo decidesse qual o montante universal, geral dessa participação, ou seja, um aumento indireto de salário. Eu resisti. Nunca cedi nesse ponto. Não. Isso tem que ser negociado. Isso tem que ser feito, efetivamente, levando em conta, não só cada conglomerado empresarial, mas, às vezes, cada departamento das empresas, porque se pode pactuar de forma diferenciada, porque, senão, eu crio um peso injusto, insuportável para as empresas – tem que se dar flexibilidade a isso.

No Senado, nós aprovamos a lei, porque tive o apoio do Senador Marco Maciel, do Senador Lobão. Fizemos um projeto conjunto. Foi para a Câmara e nunca foi possível aprovar, por oposição dos sindicatos, por sindicatos que fossem “progressistas”, que não perceberam nada e se transformaram em reacionários naquele momento. Foi preciso editar uma medida provisória, no Governo Itamar Franco – que depois reeditei no meu Governo –, com as características de um instrumento para levar à negociação e não para levar à imposição de um soldo-salário, diferenciado para todos e que não seria resultante de uma negociação efetiva, tomando em consideração cada situação específica.

Talvez seja essa a característica maior do desafio que nós temos. Existem, sim, essas enormes forças globalizadoras, uniformizadoras. Mas, precisamente, o que vai permitir um ajuste dinâmico é a flexibilização, é tomar em consideração cada situação. É paradoxal, mas é assim. Num mundo em que mais se uniformiza, mais tem força a diferenciação. E cabe ao setor político, *amplo sensu* – e nisso incluo sindicatos, partidos e governo e sociedade civil ativa organizada –, entender essa

dinâmica e buscar as formas específicas, que, através da diferenciação, permitam um ajustamento maior.

Mas, aqui – e é natural que seja – as força de trabalho, os sindicatos temem que isso seja enganador e que, ou se faz uma medida geral, ou, então, é alguma coisa contra. Essa mentalidade tem que mudar, com experiência, com a demonstração por parte de todos de que, quando nos recusamos a uma medida generalizadora e queremos que ela seja diferenciada, é porque assim se ganha mais. E esse “se” é o trabalhador. Com a experiência, com o tempo, se chegará a essa, digamos, maior riqueza nas relações políticas e nas relações de trabalho. É impossível uniformizar num país do tamanho do nosso, que é um continente. É impossível. A não ser em detrimento de alguém. E, então, é injusto.

É necessário, claro, que o Estado, que o Governo seja uma força equilibradora e que, por consequência, busque mecanismos para reorganizar aquelas áreas do país que não têm, ainda, condições de dar aos seus trabalhadores as mesmas possibilidades que as áreas mais avançadas. Mas não é possível querer que se tenham as mesmas possibilidades, porque as situações locais não permitem e, aí, passamos a viver na ficção.

Como eu tenho o hábito de falar muito, às vezes me esqueço de que tenho outras obrigações, senão a de estar num convívio tão agradável com os senhores, eu vou me limitar e mencionar só mais uma questão, que é ligada a essa que mencionei aqui.

A cada instante, quando se pensa em uniformização e quando o Governo diz: “Olha, não dá para uniformizar, porque, ao uniformizar, ao invés de ser uma vantagem para todos, vai-se congelar o que está aqui, ou, então, assegurar só para os que já têm privilégio”, a reação é imensa.

Deixemos o trabalho de lado, por um instante, e tomemos a educação. No Ministério da Educação, nós propusemos, na área da educação, uma modificação constitucional. Criamos o chamado Fundo de Valorização do Professor. O Governo está empenhado – como em todas as áreas, mas nessa em especial – em dar acesso universal. E, portanto, numa revolução branca, como eu digo, no ensino primário no Brasil, ensino elementar, que nunca foi, realmente, tornado a sério. Sempre se falou, mas nunca se fez. Os recursos do Governo Federal iam quase

todos para as universidades. A proporção era escandalosa. Nós mudamos isso. E, para mudar isso, mandamos uma emenda constitucional – e o Congresso aprovou – que vai ter vigência só no ano que vem, por razões políticas, mas no sentido de que criássemos um Fundo de Valorização do Professor.

Então, a proposta foi a seguinte: que o Brasil dispensasse, pelo menos em média, para cada aluno, 300 reais, 300 dólares/ano. Isso é, *grosso modo*, o mínimo considerado aceitável pelas organizações, tipo Unesco, que lidam com o problema. E que o salário do professor fosse o mesmo, ou seja, em média, 300 reais por mês. Imediatamente, houve uma gritaria. Por quê? Porque isso é um salário, aqui, em São Paulo – o Governador lhes dirá – inaceitável. Quanto pagam ao professor, aqui, no primário?

Governador Mário Covas: Varia muito. O piso salarial é 560 reais.

Presidente: Bom, o piso salarial, em São Paulo – o piso – é 560 reais. A média deve ser 700?

Governador Mário Covas: É bem maior.

Presidente: Bem maior. Então, quando se propõe que, em média, seja 300, existe, imediatamente, um protesto. E os sindicatos, como estão organizados nos setores mais avançados do país, transformam essa proposta numa coisa ridícula. E transformam em bandeiras de crítica: “Mas, meu Deus, só 300?”

Qual é a realidade? É claro que o Estado de São Paulo continuará com seus patamares mais elevados, o Estado de Minas, também, Paraná e Rio Grande do Sul, também, ninguém vai diminuir. Mas, como a idéia é de redistribuir, de dar condições universais, quando se vai ver a realidade, o salário efetivo que recebe um professor de escola primária, no interior do Nordeste e do Norte do Brasil, não é igual a um salário mínimo. O mínimo é 112. É, muito freqüentemente, a metade disso.

Governador Mário Covas: Isso é piso para 40 horas.

Presidente: Isso é piso para 40 horas, aqui, em São Paulo. Lá, é metade disso, metade da proposta de um salário mínimo. Portanto, se multiplica por 5, 6 o salário dessa população.

Ora, se nós não entendermos isso, se nós nos guiarmos sempre pelo setor que tem mais condições e se imaginarmos que vamos criar as mesmas condições para o resto do Brasil, vamos elaborar num erro, porque, simplesmente, a lei não terá vigência, como não é possível no país se pagar menos do que o salário mínimo. E, não obstante, as prefeituras de muitas cidades pagam menos que um salário mínimo. E pagam menos porque não têm. É estado de necessidade. Então, aí, a relação jurídica é certa, diante da impossibilidade efetiva de materializar-se a decisão legal.

Ora, nós temos que estar abertos a essa realidade. Mencionei esse fato, mas, *mutatis mutandi*, é a mesma coisa quando se adota o mesmo tipo de participação nas empresas, universal, igual em todo o país, o mínimo, um salário mínimo. Ora, em São Paulo, um salário mínimo pode não ser nada, ou no Rio Grande do Sul, ou no Rio de Janeiro. E talvez se deseje e seja possível e necessário mais. Em outras regiões, não é possível.

Vou dar um outro exemplo: nós criamos um programa de retirada da criança que trabalha nas situações chamadas de alta exploração de risco. Diga-se, de passagem, que vi estatísticas falaciosas, dizendo que havia 3 milhões de crianças brasileiras em trabalho escravo. Isso é muito bom para manchete de jornal lá fora, mas não é verdadeiro. Na verdade, quando se foi fazer esse programa das carvoarias de Mato Grosso, em que nós imaginávamos que houvesse 2 mil crianças, havia 400. E, na Zona da Cana, há cerca de 11 mil. Nós começamos o programa com mil e poucas – já digo por que com mil e poucas e o que aconteceu. Estamos, agora, começando no sisal. Ou seja, são números trabalháveis. Dá para enfrentar.

Decidimos que a bolsa seria de 50 reais, meio salário-mínimo. Sabem os senhores o que acontece em algumas dessas regiões? Isso provoca uma revolução no mercado de trabalho, porque é “muito”. E não vão dizer que acho muito. Acho pouquíssimo. Mas a situação lá é tão pior

que, quando se introduz 50 reais para uma criança que sai do trabalho, isso já altera e começa a haver reações – aí, sim, reacionárias – de achar que não deve ser: “Não é possível. Precisa alterar, porque eu vou ter que pagar à minha empregada não-sei-quanto.”

Essa é a realidade. E nós temos que lutar contra essa realidade. Mas não adianta propor dar um salário, em vez de meio, porque meio já tem esse efeito, que é positivo, mas ele tem consequências. Pode ter como resultado os pais que deixariam de trabalhar, basta que a criança trabalhe, que fique na escola e ficam bolsistas, até porque os empregos são poucos. Então, é muito complicado na prática quotidiana.

E, se quiserem saber a realidade qual é – e os senhores sabem disso e aqui eu acho que o Presidente da República não deve esconder do país e nem de ninguém as coisas como elas são – é muito difícil colocar as crianças na escola, de imediato. Hoje, nós temos um programa e não temos as escolas. Lá, na Zona da Cana, onde eu fui, para fazer um programa para, creio que eram 1.100 ou 1.700 crianças, das 11 mil, para começar. E cadê as escolas? O Governo Federal tem dinheiro para fazer a escola? E o governo estadual tem dinheiro para botar o professor? Nem sempre tem.

Então, as transformações são concretas, difíceis, necessárias, empenhosas, mas exigem, ao mesmo tempo, um olhar no horizonte. E retomo, para finalizar: um olhar no horizonte, que requer que se reconheça que, ou há o progresso social geral, ou não há nenhuma capacidade de o País ser, realmente, competitivo, em nível internacional. Esse olhar no horizonte e, também, o pé firme na terra, para saber que passo há de se dar para que nos aproximemos desse horizonte – porque o horizonte, por definição, se afasta –, de uma maneira que não seja pseudoprogressista, retórica, que sirva à demagogia, mas que não sirva, efetivamente, ao bem-estar concreto da população.

Esse é o desafio. Os senhores são especialistas e estão aqui reunidos para discutir as consequências de tudo isso, da nova ordem internacional, da nova ordem de cada um dos países, sobre as relações de emprego e de trabalho. Podem ter certeza de que as autoridades do Governo brasileiro estão abertas a ouvir as críticas e absorver as soluções possí-

veis para essa questão, sabendo, como acabamos de ver aqui, que tudo isso é um processo, tudo isso depende de uma luta longa, de mudança de mentalidade, de convencimento recíproco. Não há donos da verdade. Mas tem que haver, sim, uma disposição muito firme, de todas as partes, para avançar.

Havendo isso, eu não tenho dúvida de que, a despeito dos desafios, das dificuldades, nós criaremos as instituições capazes de fazer com que os efeitos positivos desse novo momento da história da humanidade não sejam obscurecidos pelas suas consequências negativas e para que nós possamos, efetivamente, dar um passo mais tranquilo para o futuro.

Muito obrigado.